

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 24 de maio de 2022 - Ata n.º 46.

Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Alexandre Curi** (na função de 2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **46.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito ao 2.^º Secretário, Deputado Alexandre Curi, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.^º SECRETÁRIO (Deputado Alexandre Curi – PSD): (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.^º 45, de 23 de maio de 2022.) Era o que continha, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.^º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Sim, Sr. Presidente. Boa tarde, Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares e demais que visitam a Assembleia Legislativa.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofício n.º 1544/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 1086/2022, dos Deputados Requião Filho e Tadeu Veneri; **Ofício n.º 1534/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 1328/2022, do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 82250/2022** do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1119/2022, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 1542/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta Secretaria de Estado da Saúde, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1138/2022, da Deputada Luciana Rafagnin; **Ofício n.º 211/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 651/2021, sendo convertido na Lei n.º 21047.

Era isso, Sr. Presidente, o que tínhamos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência registra a presença na Casa dos jovens Vereadores do Programa da Câmara Municipal de Arapoti, acompanhados pela Procuradora da Mulher da Câmara e Coordenadora do projeto *Câmara Jovem*, Sr.^a Nicole Chiaradia. Sejam bem-vindos aqui à nossa Casa. Por proposição da Deputada Mabel Canto, no Pequeno Expediente de hoje, faremos a entrega da Menção Honrosa à participante Giovanna Barbiero, do Programa *The Voice Kids*, e também assistiremos à apresentação musical da cantora pontagrossense de 13 anos, logo após a fala da proponente. Temos aqui, além da nossa querida cantora, a Sr.^a Cinara Broch, que é a mãe, e a irmã, Graciela Broch Barbiero. Então, com a palavra a Deputada Mabel.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Mabel Canto; Dr. Batista; Reichembach; Tadeu Veneri; Galo (PP); e Adelino Ribeiro.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Presidente. Boa tarde as Deputadas, aos Deputados, a todos que acompanham a Sessão da Assembleia. Hoje trazemos aqui até esta Casa a jovem Giovanna Barbiero para homenageá-la e principalmente reconhecer o talento dessa jovem de apenas 13 anos, que já está levando o nome do nosso Estado para todo o País e também para todo mundo. A Giovanna é nascida e é moradora do município de Ponta Grossa, da nossa querida cidade e é participante do programa musical *The Voice Kids*. Também quero registrar aqui a presença, além da Giovana, da sua mãe, a Cinara; da sua irmã, a Graciela; da sua tia, a Loreci; e também do Eduardo, do Portal *Web News*. A Giovanna já é um talento reconhecido aqui na nossa região desde muito pequena. Ao longo dos últimos anos ela tem aperfeiçoado seu dom e participado de muitos *shows*, de muitos programas televisivos e apresentações. E agora o seu talento ganha ainda mais repercussão e destaque com a sua participação lá no programa da *TV Globo*. É preciso dizer que a Giovanna se inscreveu sozinha, sem a ajuda de seus pais, com 13 anos. E a primeira seleção que a Giovanna participou tinha mais de 5 milhões de participantes. Atualmente ela está na disputa com outras 63 crianças. Também preciso citar aqui e fazer menção às outras paranaenses que estão disputando e participando do programa, a Isadora Pedrini, a Íris Mantovani, a Bia, a Carol Brasil e a Giulia. Todas talentosas e que representam o nosso Estado com o seu talento. Particularmente, conheço a Giovana desde pequenininha, desde bebezinha, não é, Cinara? A Giovanna inclusive é amiga da minha filha, a Milena, que fez questão de estar aqui hoje para prestigiar a Giovanna; a Cinara, a mãe dela, o João, que é o pai, que não pôde estar aqui hoje. São nossos amigos de longa data. E olha, Giovana, independentemente do que aconteça, quero dizer para você que você é um grande orgulho para a nossa cidade de Ponta Grossa, para o Estado do Paraná. Estamos torcendo muito por você e temos mais orgulho, Cinara, de ver justamente essa nova geração pontagrossense, paranaense, muito bem nos representando em todo o nosso País e em todo o mundo. E agora vocês vão ouvir essa linda voz

talentosa que é a Giovanna. Parabéns, Giovanna. Tenho certeza de que você vai arrasar, viu!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos ouvir então a nossa artista pontagrossense, brasileira, neste momento.

(Apresentação musical da Giovanna Barbiero.)

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): É ou não é para virar as cadeiras para a Giovanna, gente? Olha que talento! Parabéns, Giovanna. Parabéns para a sua família. Boa sorte.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Se ela quiser cantar mais uma, ela tem direito! Ok!

GIOVANNA BARBIERO: Fiquei muito feliz de estar aqui. Queria agradecer à Deputada Mabel, a todos que me ajudaram. Fiquei muito feliz de verdade! Foi uma oportunidade enorme, principalmente por ser reconhecida pelo lugar que eu vim, ser reconhecida pelo o que gosto de fazer, como já disse, que é cantar. Então, sou muito grata. A palavra que me define agora é gratidão. Tenho muito orgulho de ser paranaense, de ser de Ponta Grossa. Então, muito obrigada de novo! É isso! (Aplausos.) Uma honra poder ter cantado para todos vocês.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos então suspender um pouco a Sessão, para entregarmos a Menção Honrosa à nossa artista.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão. Registramos aqui a presença dos Vereadores de Santa Mariana, Sr. Adriano Dias, Marcos Maia e Gustavo Spagolla, por solicitação dos Deputados Tiago Amaral, Mauro Moraes e Alexandre Curi; da Presidente da Câmara de Perobal, Sr.^a

Valdete Albuquerque, e da Vereadora Francisca Girotto, por solicitação do Deputado Marcio Nunes. Primeiro orador inscrito, Deputado Dr. Batista.

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): Senhor Presidente, Deputado Traiano, 1.^º Secretário Deputado Jonas Guimarães, 2.^º Secretário Deputado Nelson Luersen, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, senhores que nos assistem. Senhor Presidente, quero fazer um discurso hoje e homenagear muito o trabalho feito pelo Hospital Pequeno Príncipe. É uma Audiência com a Comissão de Saúde da qual participam os Deputados Michele Caputo, Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Marcio Pacheco, Ricardo Arruda. Sempre presente o Deputado Guto Silva, a Deputada Luciana Rafagnin e a Deputada Maria Victória. Estiverem presentes, Sr. Presidente, com o tema *Uso de Telepediatria Atenção Primária em Ambiente Hospitalar de Alta Tecnologia*. O que significa isso? Esteve presente o Diretor-Geral, muito amigo, diga-se de passagem – ele fez questão de frisar isso –, do Deputado Nelson Justus, o Sr. José Álvaro da Silva Carneiro, Diretor Corporativo do Complexo do Pequeno Príncipe; a Dr.^a Rafaela Wagner, Coordenadora do Serviço de Saúde e Telesaúde do Hospital Pequeno Príncipe; representando o Secretário de Estado da Saúde, a Sr.^a Maria Goretti; Dr. Donizetti também fez parte dessa grande Audiência. Mais ou menos uma hora e meia de Audiência. Senhor Presidente, saber que o Hospital Pequeno Príncipe ainda hoje leva o nome do maior jogador de futebol de todos os tempos. Como dizem os categóricos, *homem de outro planeta*. E, hoje, o Hospital Pequeno Príncipe, com a telepediatria, com certeza, Deputado Michele Caputo, fica sendo um dos hospitais... Está entre os 150 melhores do mundo, classificado em 112 da América do Sul, o melhor hospital da América do Sul em transplante cardíaco pediátrico e transplante renal, transplante hepático. Ele ainda me contou uma história do Deputado Nelson Justus, sobre o seu neto que, na época, não tinha essa aparelhagem que tem hoje. É impressionante. Hoje, o médico, Deputado Plauto Miró, pode atender ao paciente na casa dele por telepediatria, na residência, passando as informações, já dá para colher exame, dá para fazer radiografia, ultrassom. E tudo, passa a informação, Deputado Ricardo Arruda, faz o diagnóstico a distância. Esse é o sonho que todos tivemos e foi muito

questionado, para aumentar o nosso aprendizado pela Deputada Luciana Rafagnin, que ela também muito amiga do pessoal do Pequeno Príncipe, e eles informaram: *Gente, essa tecnologia, já pensou na pandemia, que sucesso faria?* Conforme a senhora disse na sua interpretação. Então, Deputado Tercílio Turini, essa Audiência, uma hora e meia de Audiência, olha, quando teve participando também a responsável pela telesaúde da Sesa, o Deputado Michele conhece muito bem, a enfermeira Jaqueline, quando homenageamos todas as enfermeiras e todos os fisioterapeutas, técnicos de enfermagem. E quero dizer, Sr. Presidente, que esse hospital não é só um hospital, Deputado Luersen, é um hospital-escola, é um hospital que forma 100 profissionais, 100 profissionais de ponta todos os anos. Deputado Plauto, com essa tecnologia, com esses aparelhos que tem hoje no Pequeno Príncipe, já, já vamos ser... estamos em 112 no mundo, vamos passar para o décimo, e na América do Sul o primeiro hospital. Estive conversando com o Sr. José Álvaro e o Sr. José Álvaro, com a Dr.^a Rafaela e o Dr. Donizetti, eles deram uma verdadeira aula. Quem não assistiu por outras ocupações, com certeza vai passar a reprise na *TV Assembleia*. Gostaria que todos assistissem, como no Estado do Paraná deu uma grande audiência. E quando as pessoas perguntavam desse hospital, meu Deus do céu, é um hospital... Quem na família, disse o Dr. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): Quem na família não tem um sobrinho, um neto ou algum parente com alguma agenesia, com alguma alteração cardíaca? Não é verdade, Deputado Bazana? E isso daí, no Hospital Pequeno Príncipe, estão operando crianças cardíacas até com 29 dias de idade. Vinte e nove dias! Você imagine a tecnologia a que ponto chegou. Quero parabenizar esse hospital e todos os profissionais do Hospital Pequeno Príncipe. E aproveitar para parabenizar todos os médicos, enfermeiras, fisioterapeutas, técnicos de enfermagem do Estado do Paraná. Obrigado, Sr. Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência tem a alegria de informar que a nossa assessora aqui da Mesa, a Dr.^a Kika, está de aniversário hoje, e recebe os cumprimentos pelo excelente trabalho que presta à nossa Casa. Que Deus a proteja sempre! Próximo orador, Deputado Reichenbach.

DEPUTADO REICHEMBACH (UNIÃO): Presidente Traiano, Deputadas e Deputados. Na semana passada fiz referência aqui a um Projeto importante de infraestrutura do Governo do Estado, que está sendo discutido como consequência de um convênio com o Governo também do Mato Grosso do Sul, que diz respeito à Ferroeste. E este assunto repercutiu muito na imprensa da região Oeste, na imprensa do sudoeste, também nas entidades, nas lideranças. Sentimos que realmente há esse anseio de que esse investimento aconteça, saindo de Mato Grosso a ferrovia, mais especificamente da cidade próximo a Dourados, passando por Dourados, vindo a Guaíra, a Cascavel, com um braço a Foz do Iguaçu, e que o sudoeste também pretende se conectar e com o Oeste de Santa Catarina. Chapecó, Deputado Nelson Luersen, está com a discussão boa nesse sentido, tem mobilização, levantou recursos já para bancar inclusive projetos de estudo para implantação de um braço da Ferroeste, que possa cortar o sudoeste e ir até a cidade de Chapecó, regiões, com economia agrícola, com agroindústria também muito forte, que isso iria contribuir muito com a infraestrutura da região. Então, esperamos que esse Projeto tenha essa mobilização do sudoeste. As Audiências Públicas estão acontecendo, Deputado Micheletto, o que é um sinal claro de que é para valer e que nessa parceria com a iniciativa privada esses investimentos vão acontecer e vão impactar de forma muito importante a nossa tão necessária infraestrutura. Também essa expectativa em relação à tão sonhada PR-280, os investimentos que, felizmente, alguma coisa importante está acontecendo ali nesse trecho entre Palmas e Horizonte, essa pista de concreto que já está implantada em torno de 20 quilômetros, e terá uma extensão de aproximadamente 60 quilômetros. E que também temos projetos para os demais trechos. Esse corredor do sudoeste tão importante que irá se conectar com a região Oeste, mais especificamente Marmelândia, com a BR-261 ou 361,

que está sendo duplicada e que vai ali a passos lentos, seguidamente tem faltado recursos, mas é uma obra que em algum momento será concluída, vai impactar muito não só no Oeste, mas também na região sudoeste do Paraná. Mas gostaria, neste espaço também de fazer um comentário sobre algo que vem acontecendo na maioria das regiões do Paraná, mas que acompanhamos de forma mais direta e especial a região sudoeste do Estado, que são os acidentes de trabalho no meio rural. Considerando que o sudoeste tem essa intensidade na atividade agrícola e que a atividade também vem se modernizando muito, se tecnificando, se tornando muito mecânica, com equipamentos modernos, porém, os acidentes têm sido uma constante. Verificamos ali em Francisco Beltrão uma região atendida pelo Corpo de Bombeiros da cidade. Somente do dia 22 de abril até o presente momento tivemos cinco acidentes fatais, sendo um deles que aconteceu com um Vereador, o Vereador Tiago Thomas, meu amigo pessoal, ali do município de Manfrinópolis, que estava operando uma máquina pequena chamada *BobCat*, para retirada de resíduos de um aviário, quando foi prensado, em uma movimentação involuntária que ele fez da máquina. Ele teve a sua cabeça prensada, com morte instantânea. Foi lamentável! Estive lá. A cidade, o município estava em comoção, porque realmente essas coisas impactam muito. Lá da cidade de Francisco Beltrão, um empresário também muito conhecido, Deputada Luciana deve conhecer, o Vinagrinho, o popular Vinagrinho lá da Cango, também, no mês passado, um acidente com trator na sua chácara ali em Marmeiro, e também foi fatal, uma pessoa conhecida. Então, estou alertando e levantando essa situação, porque são acidentes de alto índice de fatalidade. É muito alto esse índice, os números são realmente alarmantes e estarei protocolado, nesta semana, um Projeto de Lei para que o Estado inclua em seu calendário, na segunda semana de maio, considerando que o dia 1.^º de maio é o *Dia do Trabalho*, possa ser incluída a *Semana de Conscientização...* (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Adelino Ribeiro – PSD): Para concluir.

DEPUTADO REICHEMBACH (UNIÃO): A *Semana de Conscientização sobre Acidentes*, prevenção de acidentes de trabalho no meio rural, com a participação

da Secretaria da Agricultura, para que possamos intensificar esse treinamento, essa conscientização. Algo importante já é feito, principalmente nos treinamentos do Senar, que tenho conhecimento, em parceria com a própria Secretaria da Agricultura, mas precisamos fazer essa mobilização para amenizarmos essa situação dos acidentes, que tem deixado muitas pessoas mutiladas, pessoas inválidas e muitas vezes levadas, e muitas e muitas vezes com casos de óbitos. Fica aqui, porém, este alerta e esta informação de que estarei nesta semana protocolando esse Projeto de Lei. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Adelino Ribeiro – PSD): Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero aqui, antes de iniciar, fazer uma saudação à diretoria da APP, que está conosco aqui e vem hoje fazer a entrega, aliás, já fez, do documento “A Educação Básica do Paraná Pede Socorro”, onde coloca uma série de questionamentos e diz, Deputada Luciana, V.Ex.^a que é a nossa Líder, o Deputado Goura é o Vice-Líder também, que é preciso encerrar o ciclo de retirada de direitos que começou em 2016. Parabenizo a APP porque é um excelente trabalho. Quem não leu, acredito que terá muita informação ao ler esse documento, Deputado Plauto, porque ele traz uma série de considerações a respeito não só da defasagem salarial, mas principalmente de como ela pode ser solucionada. Mais ainda, mostra as pendências todas que estão hoje ainda afligindo a educação do Paraná, o investimento na educação, que tem diminuído ano a ano, e é um trabalho que está exatamente, Presidente Walkiria, Silvana, que está aqui também, nossas companheiras, exatamente na linha daquilo que acreditamos ser necessário: valorizar a educação pública e valorizar as oportunidades para que todos e todas possam acessar o conhecimento. Da mesma forma, quero também cumprimentar os companheiros do Sindjus, que vêm acompanhar hoje a votação aqui de um Projeto importante para os trabalhadores do Judiciário. E, por uma dessas ironias, a APP está aqui hoje fazendo a defesa do ensino público e temos no Congresso Nacional a votação, na Câmara Federal,

da PEC n.º 206/2019, uma PEC que prevê a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, um retrocesso de décadas em um País que ainda tem grande dificuldade de colocar parcela da sua população nas universidades. Sabemos que as universidades públicas são responsáveis pela pesquisa, pela extensão, principalmente pela pesquisa, não houvesse universidades públicas não teríamos pesquisas, e, em um momento de tanta dificuldade, em que estamos com praticamente décadas de atraso no que diz respeito à pesquisa e ao conhecimento, vem uma PEC e prevê que haja cobrança. Aliás, a PEC não poderia sair em um dia mais trágico, porque no mesmo dia os militares divulgam, ou os militares da reserva divulgam um estudo seu onde pretendem ficar até 2035 no Governo e até 2035 privatizar o SUS, porque não há outra explicação para que alguém que diz que quem ganha mais do que três salários mínimos não estaria abrangido pelo Serviço Único de Saúde gratuito, quando uma consulta médica custa R\$ 250,00. E pergunto a esses militares: Será que eles também vão usar isso para os hospitais militares? Ou vão se manter, como fizeram na pandemia, dentro dos hospitais militares, ainda que quando havia, e havia vagas, não podendo ser acessadas por civis porque eram restritas aos militares? Isso é uma vergonha! Um País atrasado como o nosso, onde militares resolvem dizer o que querem para o País, como querem e com termos absolutamente fora de contexto, não dá para entender. Aliás, dá para entender quando vemos que é um processo que vem acontecendo. Ao tempo em que temos a PEC n.º 206, que praticamente privatiza todo o ensino, os militares soltam um documento para a cobrança do SUS de quem ganha mais do que R\$ 3 mil. Pergunto ao militar que fez isso se os exames, que às vezes custam R\$ 1 mil, R\$ 2 mil, R\$ 3 mil ou os tratamentos, Deputado Luersen, que custam dezenas de milhares de reais, se também os militares irão se colocar na mesma condição, se eles também irão pagar? Vejo que as três informações, essa, a informação da APP e a informação dos militares, a PEC, a informação da APP e dos militares têm um condão, uma ligação, que é o que foi aceito hoje pela Justiça Federal do Distrito Federal, ontem, que coloca o Ex-Juiz Sérgio Moro, foi indiciado e também será processado pelos prejuízos que deu à Petrobras. Obviamente que a denúncia foi aceita e se será ou não

condenado é outra história e iremos saber ao longo dos anos, mas é interessante porque todas elas estão vindo juntas e sempre lembro que poderíamos ter autossuficiência... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Adelino Ribeiro – PSD): Para concluir, Deputado, ou pode usar o horário da Liderança.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Uso só um minuto para concluir, Sr. Presidente, porque não é um assunto da Liderança e sempre procuro fazer o que é da Liderança na Liderança e o que não é da Liderança, que são explicações pessoais. Quando o Juiz Sérgio Moro fez uma das audiências com o Ex-Presidente Lula, lembro, Deputado Galo, que o Ex-Presidente Lula falou a ele: “O senhor terá que me condenar porque o senhor criou uma situação tão difícil que hoje o senhor não pode deixar de me condenar. Mas, o senhor ainda será julgado pelos seus atos e pela arbitrariedade que o senhor está fazendo; e o julgamento virá não só pelo povo, virá pelo próprio Poder Judiciário, antes do que o senhor imagina.” Está aí! Três anos depois, o Juiz Sérgio Moro sendo chamado à Justiça, a PEC n.º 206 querendo acabar com o ensino público e os militares dizendo que não precisamos de SUS, afinal eles têm os hospitais... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Adelino Ribeiro – PSD): Próximo orador, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Senhoras Deputadas, Sr.^s Deputados, Sr. Presidente, Ex.^{mo} Deputado Adelino, demais membros da Mesa Diretora, Deputado Jonas e Luersen, quero dividir a minha fala em dois momentos. Primeiro, quero concordar plenamente com o Tadeu Veneri, em número, gênero e grau. Assino junto. É isso! Dois, queria fazer uma solicitação a todos os Deputados e Deputadas desta Casa, para que possamos partir do seguinte princípio: nenhum Deputado nesta Casa pode olhar para o outro e medir com qualquer régua como é o tamanho do mandato do outro colega. Lamentavelmente, meu querido amigo Deputado Romanelli está ausente da Mesa, queria muito que ele ouvisse, pois ele tem uma altura de conhecimento que tenho certeza de que ele iria concordar. Ele ontem

disse ao Deputado Homero que o mandato do Deputado Homero era medíocre. Causou-me uma sensação muito estranha, muito ruim um colega... Nossa, *estamos na rua!* Fui forjado na rua, então briga de rua é diferente. E mesmo na rua se respeita também uma coisa, Deputado Homero. Como fui criado na rua, moleque de rua, brigão de rua, só tinha uma coisa que não aceitávamos, daí tentávamos nos matar, que era quando falava da família. Então, queria pedir a V.Ex.^a, que tem uma altura de um nível invejável de conhecimento, sou um admirador, já disse a V.Ex.^a isso, da mesma forma com o Romanelli, para que isso não volte a acontecer, Luersen. Vossa Excelência tem um *know-how* dentro desta política, o Jonas. Isso nos entristeceu, principalmente o que saiu na mídia. Desculpem-me! “Dois moleques brigando, revestidos de Deputados.” Isso nos causou um mal-estar! Então, a minha solicitação neste momento é que os... principalmente o Plauto, temos aqui a nossa dama, a Mabel, a nossa querida Deputada do PT, a Luciana Rafagnin, essas mulheres, as outras mulheres têm que ser respeitadas aqui, Arruda. O Deputado Arruda, por exemplo, é eloquente, *sobe para as cabeças* aqui, mas, a família, nunca o vi colocar a família aqui em xeque. Então, para terminar, pela sensibilidade e pelo conhecimento que tem o Homero, família, não. O nobre Romanelli não tem o direito de julgar o tamanho do mandato de quem quer que seja, Deputado Jonas, porque, se virar moda, fica ruim para esta Casa de Leis. Vamos discutir? Vamos. Vamos nos quebrar, mas assim, dentro daquilo que é permitido, Gilberto Ribeiro, que é o quê? O Parlamento. Vamos *parlar*. Vamos parlamentar dentro daquilo que precisamos. Então, o Deputado que está se aproximando para subir à mesa de novo, o nosso *vida longa*, tem que pensar nisso. O Traiano, como Presidente desta Casa, é necessário, sim, estou solicitando como Deputado que estou, para que não volte isso a ser palco lá fora, Arruda. Reichembach, você é experiente, muito mais do que o Galo. Lá atrás temos um médico também, Turini. Se for citar aqui temos peso nesta Assembleia. Mas peço encarecidamente que possamos manter o respeito entre nós, colegas, e respeitarmos, acima de tudo, todos que aqui se encontram, nossos colegas que vêm dar a cobertura e as mulheres neste Plenário. Quero finalizar quando o Presidente Traiano vai tomar assento, para que

fique neste minuto final o meu apelo à Presidência desta Casa. Falta um minuto, aqui, Presidente, Vossa Excelência não ouviu?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Um minuto e três segundos.

DEPUTADO GALO (PP): Então, Presidente, resumindo tudo o que disse, vim fazer um apelo a Vossa Excelência. Lamento o Romanelli não estar presente. Pedi que nenhum Deputado possa apontar o dedo em riste, porque quando aponto o meu dedo, tem três voltados para mim, para medir o tamanho do cargo no desempenho do Deputado, seja quem for, como disse que o Deputado tem um mandato medíocre. Dois: jamais se colocar a família em xeque. Então, dois excelentes Deputados que cometem um grande engano. Um disse o tamanho do mandato, Presidente. O outro falou da família. Isso não, porque o que saiu na mídia hoje foi muito triste para nós: “Dois moleques brigando revestidos de Deputados.” Gostaria que isso não voltasse a se repetir. É um apelo que faço à Mesa, ao nobre Romanelli e também ao tão nobre Deputado Homero. Grato! Vamos ser felizes.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Adelino Ribeiro.

DEPUTADO ADELINO RIBEIRO (PSD): Senhor Presidente, para mim é uma satisfação usar a tribuna neste dia. Queria até agradecer aqui que fiquei uns cinco minutinhos ali na Presidência, na cadeira do Traiano. Vi que é bom, ali, Traiano. Precisa-se de 53 votos para chegar ali, mas já fiquei bom, Plauto. É uma satisfação. Senhor Presidente, na minha vinda aqui tivemos a satisfação, hoje de manhã, de participar de uma reunião sobre segurança pública, onde fomos ouvidos pelo Secretário Wagner Mesquita. Eu que o conheço do outro mandato, quando esteve como Secretário da Segurança, sei da lisura e do trabalho sério que ele desenvolve. Pessoa inteligentíssima demais nessa área, que vai contribuir muito com o nosso Estado nesse período que estará como Secretário. Vejo nele a esperança de podermos colocar algumas demandas importantes no Estado do

Paraná. Sei que muitos da classe hoje pedem para poder ter um Governo diferenciado, para poder ter os aumentos, aquilo que é de direito do trabalhador, mas na logística do que ouvimos dele nessas duas horas que fiquei lá, é importantíssimo o trabalho dele nesses oito meses que ainda faltam de Governo. É uma pessoa preparada, é uma pessoa com uma visão muito clara do que quer se fazer. Tivemos a oportunidade de ouvir e também nos colocar à disposição desse novo perfil colocado na área da segurança. Então, fiquei feliz em estar lá o ouvindo, estávamos em 20 Deputados, muitos tiveram a oportunidade de fazer algumas perguntas para ele, em cima até de ações importantes que poderão ser feitas. Foram colocadas lá sobre os valores do que houve de aumento, em cima do trabalhador, diferenciado de um para o outro, houve possibilidade de todo mundo se manifestar. Estive lá, então, e foi importante. Espero, eu que sou um sonhador e na minha cidade, cidade de Cascavel, sou conhecido, não sou militar, não sou policial, mas sou conhecido como um *cara* que luta muito na área de segurança. Por quê? Porque moro bem na periferia mesmo. Moro em um dos bairros mais violentos de Cascavel há 15 anos. Hoje um bairro excelente para se morar, dificilmente você vê um assassinato nessa comunidade. Quando estava como Deputado, no primeiro ano em que cheguei, aqui, no primeiro ano, sete assassinatos houve só em uma semana nessa região. Então, é uma região violenta e hoje é diferenciada. Queria fazer um agradecimento às Forças Armadas de Cascavel, pelo excelente trabalho que vêm fazendo na área de segurança, mas precisa-se investir muito mais. Muito mais! Sei que o trabalhador precisa ter aquilo que é de direito dele, para que ele possa ter o sustento da sua família, com mais dignidade. Então, luto também para ter isso daí. Podem contar com o cidadão Adelino. Coloquei hoje para o Secretário Wagner Mesquita, que estaria à disposição para poder ajudar naquilo que for necessário. Tem as demandas que precisamos colocar. Daqui a alguns dias devemos inaugurar em Cascavel, com a Guarda Municipal, uma base integrada de segurança, que terá duas equipes da polícia e mais a guarda armada de Cascavel, fazendo um trabalho em 12, 13 bairros, em Cascavel. Essa é a descentralização da segurança para dentro dos bairros mais populosos, em Cascavel. Então, fico muito contente. Espero que o

Secretário tenha sucesso, que ele faça aquilo que realmente foi colocado. Sucesso a ele e ao Governador que teve a coragem dessa mudança, que realmente a meu ver, veio assim em um momento difícil. Acho que ainda pode dar muito prazer ao cidadão, que espera de uma segurança pública com mais seriedade e responsabilidade.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): No Grande Expediente, Deputado Professor Lemos.

GRANDE EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Professor Lemos; e Homero Marchese.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero também cumprimentar todos e todas que estão acompanhando a nossa Sessão, acompanhando pelas redes sociais e pela televisão e também nos honrando com suas presenças aqui na Assembleia. Quero destacar aqui a presença do Samuel Mateus, jovem de Planalto, que nos dá a honra da sua visita aqui na Assembleia no dia de hoje. Mas também quero registrar aqui a presença de dirigentes do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário, do Sindijus. Estamos com o Davi, com a Andreia, com o Gustavo e com o Bruno e tem na pauta um Projeto importante, que interessa aos servidores do Poder Judiciário, que é o Projeto de Lei n.^o 738/2021, que ontem já passou por unanimidade. Quero também aqui registrar a presença de dirigentes da APP-Sindicato. Está presente aqui a Professora Walquiria, Walquiria Mazeto, que é a Presidente da APP, Sindicato dos Professores e Funcionários de Escolas do Estado do Paraná, mas está também a Professora Vanda Santana; a funcionária de escola Silvana Prestes, que também é dirigente da APP; está presente também a Professora Taís, que também é dirigente da APP; está presente também o Hélio da Silva, professor, inclusive, professor PSS e também dirigente da APP; está conosco também aqui o jornalista da APP, que é o Luiz Damaceno. Quero aqui cumprimentá-los e dizer da importância da presença de vocês aqui na Assembleia Legislativa. Hoje estamos recebendo das mãos da direção da APP este

documento, que foi entregue já a vários Deputados, inclusive ao Presidente da Assembleia, Deputado Ademar Traiano, ao Líder do Governo, Deputado Marcel Micheletto, e aos demais Deputados e Deputadas desta Casa. Este é um documento importante. Aqui estão argumentos com números que permitem ao Governo do Estado atender às reivindicações que estão aqui também apresentadas pela APP-Sindicato. São reivindicações possíveis de serem atendidas neste ano, porque este ano é um ano especial, porque é um ano eleitoral. Então, nem tudo pode ser concedido em um ano eleitoral, mas tem algumas demandas que podem ser atendidas em um ano eleitoral quando se trata de servidores públicos. E aqui a APP elencou. Primeiro: a seleção dos professores PSS, a APP está solicitando que se faça como se fez ao longo de mais de 10 anos, que é a seleção analisando os documentos, analisando os certificados, analisando então os títulos, que você também tem como título o tempo de serviço já prestado como professor, e também a sua formação, inclusive suas especializações, tem professor que tem mestrado, tem doutorado. Então, isso tudo conta ponto. Para que o Estado não tenha que todos os anos fazer uma prova, inclusive gastando, no caso o Estado vai gastar em torno de R\$ 6 milhões se for fazer a prova como quer o Secretário da Educação, como fez o ano passado. Não precisa disso. Pode economizar esses R\$ 6 milhões porque os colegas professores são os mesmos que já estão atuando, que aí teriam que pagar uma taxa inclusive para fazer a prova, e o Estado tem que gastar também outra quantia, que é esse volume de 6 milhões. Esse dinheiro, esses 6 milhões, poderiam ser aplicados a favor da educação. Então, a APP está dizendo: "Economize 6 milhões, não precisa gastar esses 6 milhões". Outro ponto são as licenças especiais que os professores e funcionários de escolas têm direito e que podem e devem ser concedidas. Aproximadamente 5 mil colegas da educação entre professores e funcionários. Essas licenças estão acumuladas e o Estado pode e deve conceder. Vários colegas pedem essas licenças para estudar mais para o Mestrado, para o Doutorado, para fazer uma especialização, e em alguns casos até que o nosso povo está concluindo uma graduação, no caso dos funcionários de escolas, e para fazer o TCC precisa de um tempo, ele recorre à

licença a que tem direito para fazer o TCC, para defender, então, o seu projeto, o seu curso e colar grau. O outro ponto é a liberação para Mestrado e Doutorado. O art. 13 do plano de carreira nosso de professores, ele assegura ao professor e à professora o direito de sair de licença para o Mestrado e para o Doutorado. O Estado não está dando licença, e tem colegas que já estão no Doutorado escrevendo a tese. Temos colegas professores que estão no Mestrado escrevendo a dissertação, e todos sabemos que para escrever uma dissertação, para escrever uma tese, você precisa de tempo, e é difícil conciliar 40 horas por semana na escola para concluir um Mestrado ou Doutorado. E é importante que o Estado cumpra a lei e dê a licença. Temos aí vários colegas, em torno de 6 mil colegas que precisam desta licença, está assegurada em lei, a liberação para fazer o PDE. O PDE o Estado não vai gastar absolutamente nada com o professor. Por quê? Porque ele não será liberado da sala, ele vai continuar trabalhando as 40 horas e vai fazer o PDE no contraturno, nos finais de semana, ou nas férias. Desde 2016 o Estado não libera nenhum professor para fazer o PDE, e o PDE é necessário para você chegar ao nível-3, que é o último nível da carreira. Então, você volta para os bancos da universidade, e aí você pode ascender na carreira, senão você vai se aposentar com metade do salário, e isto é necessário. O Governador Ratinho Junior prometeu, escreveu isso em campanha, que faria o PDE todo ano, e não fez nenhum ano, agora no último ano está chamando, mas está chamando apenas para 2 mil vagas. A lei diz que é 3% da categoria, que dão 2 mil vagas por ano. Então, seriam 14 mil, porque desde 2015 para cá não tem PDE. Então, que o Governo amplie, se não forem 14 mil professores para fazer o PDE, que sejam 10 mil, o que não pode é ser apenas 2 mil colegas. E aí qual é a despesa que o Estado terá? Nenhuma, porque esse professor não precisa substituto. Então, portanto, pode e deve ampliar o número de vagas, possibilitando que esses colegas que estão aí com o direito acumulado, temos em torno de 30 mil professores que poderiam fazer o PDE, têm direito a fazer o PDE, está chamando apenas 2 mil para fazer o PDE. Então, tem que ampliar esse número de vagas, a APP está coberta de razão. O outro ponto são as promoções e progressões. Por que o Governo escolheu sacrificar professores e

funcionários de escolas? A categoria que não tem direito à promoção e progressão em 2021? Porque o Governo colocou na LDO, e foi aprovado aqui na Assembleia, com o nosso protesto, mas ele aprovou aqui na Assembleia o art. 37 da LDO, de 2021, dizendo que para professores e funcionários de escolas esse tempo só será contado para aposentadoria, não conta para promoção e nem para progressão. Ora, aí ele garantiu para a Polícia Civil, para a Polícia Militar, para os servidores da saúde, e argumentou que os policiais, pessoal da segurança pública, que os servidores da saúde estavam trabalhando na pandemia. Ora, professores e funcionários estavam trabalhando na pandemia, inclusive trabalhando mais, quando as aulas tiveram que ser a distância, os professores se desdobraram, funcionários também, tiveram inclusive que gastar do seu próprio bolso para comprar equipamentos, para contratar internet, para atender aos nossos estudantes. Então, que história é essa que professor e funcionário de escola do Paraná não trabalharam na pandemia? Isso é mentira. Está coberta de razão a APP quando em aqui e solicita que revogue o art. 37 da LDO de 2021, destrave esta proibição e faça a promoção e progressão de professores e funcionários, também aos aposentados. Os aposentados do Paraná, antes da reforma da previdência, aprovada aqui por esta Assembleia Legislativa, aliás, foi aprovada na Ópera de Arame, aquela reforma onerou os nossos aposentados e aposentadas, que eram isentos até R\$ 7 mil, porque é até o teto do INSS, todos os aposentados do Brasil são isentos. Agora, aqui no Paraná, os nossos aposentados estão tendo que pagar a previdência da aposentadoria que é inferior ao teto do INSS. Isso não vai quebrar a previdência, de jeito nenhum, a própria previdência tem os cálculos, não precisava e não precisa cobrar os nossos aposentados, pode isentar até o teto do INSS. Até R\$ 7 mil aposentadoria tem que ficar isenta. Esse é um pedido justo. O Governo pode atender. Os aposentados foram os que mais perderam, porque aumentou de 11% para 14% para todos, mas para o aposentado passou a cobrar também aposentadoria de parte do salário que era isento, porque era isento até o teto. Taxou em 14%. Reduziu o salário líquido dos nossos aposentados. Precisa rever isso. Então, está coberta de razão a APP quando traz essa reivindicação. E que não quebra a previdência.

Funcionários de escola, aqui a APP está reivindicando que seja revogada a lei que extinguiu o cargo de funcionário de escola, Agente I e Agente II. Aquela maldita lei que dissemos que não podia aprovar aqui e foi aprovada, que agora permite terceirizar a contratação de funcionários nas escolas. A terceirização de funcionários nas escolas está uma vergonha. Tem 13 empresas fazendo *papel de gato*. Sou da agricultura, trabalhei até os 28 anos na roça, lembro-me de que o *gato* contratava os trabalhadores na cidade, colocava na carroceria do caminhão e levava para a roça. Agora, o Ratinho contratou *gatos* para contratar funcionários e por nas escolas. Está errado isso. Veja que o Estado gastava 18 milhões por mês com 11 mil funcionários. Agora gasta 30 milhões com 8 mil funcionários. O salário dos funcionários é menor hoje do que era antes. As condições de trabalho pioraram. Falta funcionário nas escolas. Tem empresa que não paga funcionário em dia. Tem empresa que faliu na região de Toledo e até agora não pagou o acerto de contas dos funcionários. Faliu em março. Uma vergonha total. Isso não é moderno, como diz o Governador. Isso é o velho caminho feito aqui por Jaime Lerner, que não deu certo. Na época não eram 13 empresas eram três, duas de São Paulo e uma de Minas Gerais, que faliram aqui e deixaram a conta para o Estado pagar. Então, é muito importante que não voltemos ao passado. E o Governo está voltando ao passado neste caso, terceirizando a contratação de funcionários nas escolas. E, por fim, a APP pede para suspender esse contrato com a Unicesumar, que colocou televisão em 445 escolas, disciplinas de ensino profissionalizante das matérias que são específicas para formar os técnicos. Está um caos também no Paraná inteiro. E a APP vem para solicitar ao Governo, que ainda tem tempo de rever essas coisas. E a data-base, é o ponto que também unifica... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, um minuto para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir, Sr. Presidente. A data-base, que o Governo pode e deve pagar. A lei eleitoral permite pagar a data-base do ano eleitoral. É maio a data-base. É 12,03% a inflação desse período. E

também tem o 3,39%, que é uma lei de 2015 aprovada e que não foram pagos os 3,39% e que o Tribunal de Justiça já disse que tem que pagar. Somando a data-base deste ano com o que já está legislado daria em torno de 15% um pouco mais. O Governo pode e deve pagar. Tem dinheiro. Vai ter sobra no caixa no final do ano, como teve em 2021. Sobraram mais de 7 bilhões no caixa. Para este ano, também se prevê uma sobra até maior, pode chegar a 8 bilhões de sobra. E aí, no caso da educação, o Governo reduziu o investimento da educação para 23%, quando em 2020 ele aplicou 26%... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Seu tempo, pois não.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): ... em 2020 o Estado aplicou 26% em educação básica no Paraná. Em 2021, aplicou 23%, menos que 25%. Isso também está errado e precisa ser corrigido.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa dos Vereadores de Sertaneja, José Carlos Pardinho, João Paulo e Fabio Pimenta, por solicitação do Deputado Luiz Claudio Romanelli; e do Vereador de Palmas, o Laco, por solicitação do Deputado Guerra. Sejam bem-vindos. Ainda no Grande Expediente, Deputado Homero Marchese.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, população que nos assiste, boa tarde. Uma espécie de debate virtual entre Ciro Gomes e Gregório Duvivier chamou a atenção nos últimos dias por promover uma briga dentro da esquerda brasileira. O político cearense, uma espécie de coronel brasileiro, e o artista carioca, um dos grandes lacradores da contemporaneidade, falaram verdades um ao outro. Entre outras passagens memoráveis do debate, Ciro Gomes disse ao Duvivier: “A minha grande angústia existencial é ver nosso País indo *pro brejo* e a melhor elite brasileira fazendo apologia de um ignorante corrupto como vocês estão fazendo”. No que Duvivier respondeu: “Acho errado chamar ele de corrupto, exatamente porque ele foi inocentado”. Então, Ciro Gomes replicou: “Ele não foi inocentado. É mentira do PT. Lula teve os processos anulados”. Que debate fantástico, gente. Quem dera a esquerda pudesse fazer

sempre esse tipo de debate, em que ela sempre perde e a população brasileira sempre ganha. Destaco, nesta oportunidade, o debate, porque ele também ajuda o País a bem ver duas figuras importantes do espetro da esquerda: o coronel e o lacerdor. Desde o início, o Brasil tem sido um País de oligarquias, comandado por grupos que assumem o Estado e pensam que ele é propriedade sua, que confundem o público e o privado. Foi assim no Brasil Império e tem sido assim no Brasil República. E o grande desafio do Brasil é superar esse tipo de coisa. Esse é o desafio para modernizar nosso País. A turma da oligarquia é a turma do compadrio, do paternalismo, do *você sabe com quem você está falando?* É a turma que defende e se beneficia de um estado grande, interventor, que se mete em tudo. É a turma que defende criar uns cem números de direitos sociais porque sem esses direitos, afinal de contas, não haveria necessidade de um estado interventor, nem de pessoas como elas. É a turma que faz questão de defender e usar essa estrutura tão grande para premiar aliados e punir inimigos. Essa é a turma que dá cargo para parente, para um monte de amigo. Em compensação, usa o poder público para perseguir desafeto, paga com dinheiro público e manda a imprensa marrom atacar desafetos, usa a estrutura oficial para disfarçar de institucional uma posição que é só sua e pratica atos e tomar decisões para prejudicar adversários. Essa turma domina como ninguém a arte da troca. Troca tudo. Troca cargo, troca indicação, troca verba, troca ressarcimento, troca projeto de lei. Como nada do que eles trocam é deles, a tática só tem vantagens. O sujeito barganha com recurso da população e ainda fica com a fama de fazer o bem para a população. E, como ninguém é de ferro, se sobrar um troco no caminho, pega também. *É um direito meu pelo meu esforço em proveito do povo*, conclui. É o *self-mad man* do esforço dos outros. O empreendedor com o dinheiro alheio. E, no final do dia, a pessoa olha para o espelho, dobra o pescoço levemente de lado e dá um sorrisinho com autocomiseração, sentindo nos ombros o peso de ser o último de uma linha de humanistas históricos que começou provavelmente com Moisés ou talvez antes. Outra arte que essa turma dominou bem é a bajulação. Como bajulam, meu Deus do céu! Muda o chefe do Poder “X” ou “Y” e eles estão lá, bajulando. Não importa se até ontem estavam contra, hoje

são a favor. São como borboletas de um lúpantan fantástico saído de uma obra de Gabriel Garcia Marquez, mostrando suas asas coloridas para seduzir os frequentadores. Aliás, leiam Gabriel Garcia Marquez, um dos maiores, se não o maior escritor de todos os tempos. São borboletas que voam em cerimônias, em festas, em prédios, em palácios e até em aviões e helicópteros. E lá vai o humanista apresentar para o povo, como se fosse obra dele, o que esse mesmo povo pagou. Mas vamos a outra figura da esquerda brasileira, o ladrador. O guerreiro da justiça social. Essa é uma figura bem mais recente e mais globalizada, digamos. Está pelo mundo todo hoje em dia, em especial em universidades, redações e palcos. Muita gente acha que o lacre é um fenômeno espontâneo recente. Ledo engano. A coisa tem método, começou lá com a escola de Frankfurt, na década de 30, que tirou o marxismo da economia e levou para cultura. Tudo passou a ser visto como relação de poder. É a turma da política identitária, que separa as pessoas em categoria que elas não podem escolher, como cor, origem, sexo e orientação sexual, atribuindo a algumas o papel de opressoras e a outras o papel de oprimidas. É a turma da histeria, do gatilho, que se sente microagredida por tudo e quer fazer descer nos outros, por *goela abaixo*, os seus próprios conceitos. Falou alguma coisa com o que eles não concordam, gatilho, chilique; falou outra coisa, gatilho de novo, pedem censura, querem derrubar a pessoa. São como crianças mimadas, independentemente da idade que têm. Suprimindo a liberdade de expressão de quem não concorda com elas, essas pessoas vão criando uma sociedade de todos contra todos, em que é insuportável viver, porque todo mundo precisa ser rotulado de alguma coisa e ninguém mais é visto com a sua própria individualidade. Em vez de pregar a convivência na diferença e a igualdade de todos perante a lei, buscam a subjugação. E esses guerreiros de justiça social não oferecem absolutamente nada de melhor em troca, prometem combater o preconceito, mas produzem a divisão; prometem combater o racismo, mas geram ressentimento; buscam combater o machismo, mas se valem do feminismo, que não é nada mais do que um machismo com o sinal trocado. Enfim, obrigado Ciro Gomes e Gregório

Duvivier, por permitirem ver os coronéis e os lacerdotes que habitam no Brasil. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança do PL, Deputado Ricardo Arruda.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Ricardo Arruda (PL); Tadeu Veneri (PT); Goura (Oposição); e Marcio Nunes (Governo).

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas, Deputadas, Deputados, e a todos que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* ou demais mídias. Bom, tenho dois assuntos importantes aqui a dizer. Primeiro é a respeito dos novos contratos de pedágio do Paraná. Tenho visto várias críticas de vários Parlamentares apenas criticando o novo contrato de pedágio, que nem foi feito ainda. Em minha opinião, são críticas até infundadas, críticas muito eleitoreiras e pouco objetivas, porque ninguém fala nos benefícios que o Governo Federal vai fazer, um aporte de R\$ 43 bilhões de investimentos nas rodovias paranaenses; que o novo contrato, embora tenha uma validade de 30 anos, terá cláusulas de saída, se pode retirar em um ano a empresa que ganhar se não cumprir com algo que esteja no contrato; que todas as empresas que concorrerem e vencerem terão que fazer um seguro garantia das obras. Isso é muito importante. Agora tenho aqui que parabenizar a Socipar, que é a Sociedade Civil Iá de Paranavaí. Eles me trouxeram uma informação que achei uma crítica superconstrutiva. Eles fizeram uma reavaliação do trecho de Paranavaí a Nova Londrina que, no cálculo do DNIT, passavam 11 mil e poucos carros por dia, final de semana um pouco mais. Porém o DNIT fez esta conta, Deputado Romanelli, em 2019, durante a pandemia. E aí a própria Socipar contratou a Perplan, uma empresa de São Paulo, e fez um novo cálculo. Deputado Micheletto, o número foi 23 mil carros, é o dobro praticamente do que foi feito agora neste ano de 2022. Então a sugestão, como o TCU lançou uma nota dizendo que as tarifas do pedágio poderão aumentar em 30%, antes mesmo de o contrato ser assinado, ela está se baseando no reajuste da inflação, os aumentos que tivemos. Está perfeito.

Porém a sugestão é que o Governo recalcule o tráfego desses carros nas estradas, porque também foram feitos em 2019. Se dobrar o movimento, é óbvio que não vai ter que aumentar nada. Ao contrário, de repente até diminui mais o valor do pedágio pela quantidade de automóveis que estão passando nas rodovias paranaenses. Quanto mais carro, mais faturamento. Então, tenho aqui realmente que tirar o chapéu e parabenizar a Socipar. Quem me passou a informação foi o seu Presidente, o Demerval, e vamos aqui, com a Liderança do Governo, levar essa informação ao Governo e pedir para que sejam tomadas essas providências importantes para a população paranaense. Agora, segundo tema, é um tema que me preocupa muito, não apenas a mim, mas a milhões de brasileiros. O que está acontecendo aqui em nosso País neste ano eleitoral? Estamos aí há pouco mais de quatro meses para as eleições, eleições importantes, principalmente a da Presidência da República. O que estamos vendo é o STF se movimentar demais. Nunca uma Suprema Corte se movimentou tanto. A última que ela fez, vejam só, ela fez um jantar, um jantar que foi feito na casa da Senadora Kátia Abreu, do PT de Tocantins, quem estava no jantar? O Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, aquele acovardado, que tem medo do STF. Medo ou tem conluio, não sei. O Senador Jaques Wagner, do PT da Bahia, "cara sério, não é"; Randolfe "piada" Rodrigues; Renan Calheiros, "só gente boa"; Marcelo Castro, Tasso Jereissati, Weverton Rocha e o Ex-Governador de Alagoas, Renan Filho. E os Ministros, não é, a maioria deles: Alexandre de Moraes, o Toffoli, o Gilmar Mendes, o Lewandowski. O que será que eles estão tramando em um jantar desse? Sabe para que que foi o jantar, Deputado Micheletto? Foi para arrumar uma defesa ao STF. Eles estão pegando apoios políticos para defender, defender do quê? Não sei! Não é um Poder Judiciário se juntando com o Poder Legislativo? Para quê? Para ir contra o Poder Executivo? Olha, é muito grave o que estamos vendo acontecer aqui em nosso País. Vocês lembram aquele inquérito da *fake news*, esse inquérito que foi uma anomalia judiciária, nunca houve algo igual. Um inquérito onde a vítima acusa, investiga e julga, que é o Ministro Alexandre de Moraes. Nunca houve isso no Direito, nunca, no Brasil! O que estou acompanhando aqui, estou vendo a fala de um advogado que diz que as pessoas

investigadas não têm foro no Supremo, estão sendo investigadas pelo Supremo. Então, esse inquérito é nulo de cabo a rabo, reforça um advogado aqui, o João Paulo Boaventura. Porém o que nos deixa aqui, na dúvida, será que estão fazendo aí uma armação para provocar uma ação mais dura do Presidente da República e aí dizerem que ele quer dar um golpe, isso orquestrado com a grande, podre e corrupta imprensa junto e com esses Ministros e esses políticos de credibilidade bem duvidosa? Será que é isso que estão armando no País, porque já sentiram que no voto serão massacrados nas urnas? Em todo o Brasil onde o Presidente Bolsonaro vai tem a maioria do povo nas ruas, ovacionando e aplaudindo ele, enquanto que o *descondenado* aonde vai ele recebe vaia, não anda nas ruas, chega ao aeroporto e sai pelo fundo e se reúne em ambiente fechado por grupinho do *pão com mortadela*. Típico da esquerda. Vocês não acham estranho que alguém que foi acusado, julgado, condenado e preso e foi julgado em 1.^a, 2.^a e 3.^a instância, de repente o Ministro Fachin acordou em um dia ensolarado e falou: “O Lula é inocente”. E *descondenou* o maior ladrão do nosso País. É muito grave o que está acontecendo aqui. Somado a tudo isso, vou dizer também algo que é importante só para relembrar. Tem gente que acha que isso é brincadeira, teoria da conspiração. Não, não é teoria da conspiração, não! Acho que está tudo muito bem planejado para em junho ou julho acontecer algo. Vamos lembrar, aqui, do Foro de São Paulo, do decálogo de Lenin que foi o que o PT implantou nos 13 anos de Governo? Vamos lá. Para quem não sabe, prestem atenção: Decálogo de Lênin, os 10 mandamentos de Lênin para chegar ao poder. Primeiro, corrompa a juventude e dê-lhe liberdade sexual. Exatamente o que eles fizeram aqui com a juventude. Segundo, infiltre e depois controle todos os veículos de comunicação de massa. Fizeram isso também, a imprensa é de esquerda. Terceiro, divida a população, segmente a sociedade, a população em grupos antagônicos: rico e pobre, pretos e brancos, héteros e homos, e assim por diante. Foi exatamente o que o PT fez, aquele monte de cotas. Quarto, fale sempre em democracia e em Estado de Direito, mas, tão logo haja oportunidade, assuma o poder, sem nenhum escrúpulo. Vemos a esquerda só falar em Estado Democrático de Direito, inclusive o STF. Quinto, colabore para o esbanjamento do

dinheiro público. Não preciso nem dizer do esbanjamento que foi feito com o nosso dinheiro. Sexto, coloque descrédito na imagem do País, principalmente no exterior. Lembra o Lula lá na ONU dizendo que tinha 20 milhões de pessoas nas ruas aqui no Brasil? Então, é desse tipo. Promova greves, mesmo ilegais. Típico da esquerda. Promova distúrbios e contribua para que as autoridades constituídas não as coíbam. Contribua para a derrocada dos valores morais da honestidade, da crença, das promessas nos governantes. É isso que eles pregam diariamente. E o décimo, procure catalogar todos aqueles que possuam armas de fogo, para que elas sejam confiscadas no momento oportuno, tornando impossível qualquer resistência à causa. É exatamente o que o PT plantou em nosso País. Só que não deu tempo do golpe porque a Dilma sofreu impeachment pela pedalada fiscal, por crime de responsabilidade, mas o Lula já está dizendo o que ele quer fazer no nosso Brasil: controle de mídia, controle das Igrejas, controle dos militares, que a classe média não pode gastar, só pode comprar uma televisão. Isso é o quê? É o controle da população. (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): O que eles querem está evidente. Se essa esquerda voltar ao poder, e só voltará por meio de um golpe, será para implantar uma ditadura comunista em nosso País. Vão dividir a riqueza entre eles e a miséria entre o povo brasileiro, como está sendo feito na Venezuela, em Cuba, na Argentina e em tantos outros países que têm ditadores no comando, os quais o PT chama de democratas, de regimes democratas. E lembrando que a frase do Lênin, que não posso deixar de dizer, é: “Acuse-os do que você faz e chame-os do que você é.” “Acuse-os do que você faz e chame-os do que você é.” Vocês os viram chamando o Presidente de homofóbico, de fascista, de ditador, exatamente o que eles são. Essa é a verdade nua e crua. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança do PT, Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Tenho em parte concordância com o que o Deputado Homero aqui colocou e só gostaria, Deputado Homero, de fazer uma referência. O senhor falou de Gabriel García Márquez, só não citou, mas certamente conhece. Quando o senhor fala sobre o Gabriel García Márquez não fala sobre a sua obra mais conhecida e, sim, sobre Crônica de uma morte anunciada. E Pedro é que via as borboletas. Pedro é que via as borboletas toda vez que ele sabia e reconhecia o seu irmão. Acho que esse é um livro muito interessante, escrito em 1981, por um colombiano que era de esquerda. Então, sempre é bom ver uma citação do Gabriel García Márquez. Como o senhor falou, se não o maior, uma das maiores referências que temos e que tem que ser reconhecida por todos na América Latina. Um período do realismo fantástico que hoje está, às vezes, sendo superado pela realidade. Mas venho aqui, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, depois de obviamente concordar com a citação literária do Deputado Homero, venho aqui porque há uma situação no Paraná que me chama muito a atenção e que vai um pouco nessa linha do realismo fantástico que foi citado aqui pelo Deputado Homero. Diria que, talvez, estejamos parecendo um pouco daquilo que o Gabriel García Márquez colocava em suas crônicas, porque não dá para entender quando vemos o Governo Federal fazer compra de caminhões de lixo e fazer com que os preços disparem em mais de R\$ 109 milhões. E aí quando via o senhor, pensava: uma cidade do interior do Piauí recebe três caminhões de lixo. Para poder encher esses três caminhões de lixo eles levariam oito dias, porque não há lixo suficiente na cidade. Parece Macondo, mas não é, é Brasil. E, na sequência disso, olhando as compras que foram feitas pelos caminhões de lixo, duas empresas de Goiânia, uma é Global Center Mercantil e a outra Fibra Distribuição e Logística, não que as empresas tenham alguma irregularidade, mas são as empresas que estão distribuindo caminhões, o dinheiro público está bancando centenas de caminhões de lixo com preço inflados, no Brasil inteiro, principalmente nas bases dos Deputados do Nordeste, que têm entregado esses caminhões. Não sei aqui no Paraná, mas no Paraná, e falava com o Deputado Goura, no Paraná talvez tenhamos uma situação parecida, porque no Congresso

Nacional a compra e a distribuição de caminhões de lixo para pequenas cidades saltaram de 85 para 488 veículos, de 2019 para 2021. Alguns, como falei aqui, parecendo Macondo mesmo, Deputado, porque é uma coisa tão doida que não dá para acreditar que em menos de um mês depois de ser comprado um caminhão de lixo por R\$ 391 mil, o Governo concorde em pagar R\$ 505 mil no mesmo caminhão. Um município de 8 mil habitantes ganhou três caminhões compactadores no período de um ano e três meses, enquanto cidades próximas não têm nenhum caminhão. E aí achamos que finalmente chegamos a um período em que as coisas começam a ter atenção para o lixo. Ao longo do Governo, do Governo Federal, deste Governo Jair Bolsonaro, foram licitados 1.048 caminhões compactadores de lixo pelas empresas controladas pelos apadrinhados do Centrão. O número oficial de 85 para 510, um aumento de 500%. Mas isso não é só em Brasília. Aí olho aqui, Deputado Marcel, no Paraná, e vejo o acordo que foi feito. E já tivemos aqui a oportunidade, o Deputado Goura fez várias citações aqui, aliás, há várias citações sobre a entrevista que o Deputado Goura deu ou que contribuíram na entrevista em uma matéria feita na Intercept, agora, que está recente, onde ele fala sobre a multa que a Petrobras foi autuada, um bilhão trezentos e tantos milhões de reais, deveria vir totalmente para o Paraná, mas que vem só uma parte, e uma parte que vem para o Paraná é para recuperar a Bacia do Iguaçu. Aí vejam só. O Paraná compra 226 caminhões, a maior parte caminhões de lixo, gasta 441 milhões do valor da multa a que cabe a sua parte, R\$ 441 milhões 214 mil para: Patrulha Ambiental em 150 municípios, 38 milhões; Patrulha Ambiental, 53 caminhões, 12 milhões; Patrulha Ambiental, 71 caminhões, 22 milhões, coleta de resíduos recicláveis; Patrulha Ambiental, esgotamento sanitário, 10 milhões; controle de erosão, 22 milhões; parques urbanos, 57 milhões; estradas rurais, 43 milhões; Corpo de Bombeiros, 24 milhões; Programa Água no Campo, 50 milhões; Projeto Pró-Fauna, 30 milhões; Monitora Paraná, sistema de tecnologia e monitoramento, 51 milhões; Inovação Ambiental, 12 milhões. É isso. Os senhores estão me perguntando: afinal de contas, por que tudo isso? Porque o Paraná comprou, mandou comprar 373 caminhões do tipo que estão sendo distribuídos, caminhões de lixo ou compactadores. Mais ainda, o

dinheiro para a compra da frota veio dessa indenização bilionária paga pela Petrobras como parte da pena do crime ambiental em 2000. E aí fui olhar a matéria que está no Intercept e não quero aqui fazer nenhum juízo de valor, mas a matéria é bastante interessante e sugiro até que quem não conheceu que a conheça, porque ela fala da multa de R\$ 1 bilhão e 390 milhões pelo derramamento de quase 4 milhões de litros de petróleo nos rios Iguaçu e Barigui. E a pergunta, Deputada Mabel: quanto vai para os rios Iguaçu e Barigui? Quase nada para recuperar a bacia do Iguaçu e do Barigui. Caminhões tem aos montes, compactadores tem aos montes, estradas rurais tem aos montes, mas fazer a recuperação da fauna e da flora de todo o rio Iguaçu, porque era esse o objetivo, inclusive aqui de Piraquara até a parte mais poluída, que é até União da Vitória, não há! Não que não haja programa, mas um programa extremamente tímido com relação ao que está sendo feito aqui. E não vou aqui citar os detalhes da matéria porque acho que não é isso que nos interessa, mas o interessante é saber que 130 milhões já foram depositados em outubro do ano passado. O orçamento do Paraná é de 54 bilhões, a indenização de 1 bilhão e 390 milhões coloca ao alcance do Governador o equivalente a 2,5% de todo o dinheiro que o Estado terá que pagar para a manutenção dos serviços públicos, salário dos servidores dos três Poderes e investimentos desejados pelo Governo, obviamente que no ano eleitoral. O Governador apresentou os projetos, que estão aqui, também volto a dizer que não há tempo para que possamos detalhá-los, mas me chama a atenção que o acordo judicial obriga 2/3 do valor, 66,6% do total de 1 bilhão e 390 milhões, sejam aplicados no Fundo Estadual do Meio Ambiente, ou seja, 931 milhões; o restante deve ser entregue ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, que já foi citado aqui inclusive uma observação a respeito disso. Quarenta por cento desse valor precisa ser destinado a ações de implementação, ampliação, proteção, estruturação, fiscalização e regularização fundiária em unidades de conservação, 360 milhões. O Ministério Público foi acionado por conta da forma como está sendo utilizado o recurso e é claro que entendeu que havia irregularidade e neste caso... irregularidade, diga-se de passagem, em contratos para compra, como falei aqui, de 53 caminhões baú, 71 caminhões coletores compactadores, 31

caminhões limpa fossa, 67 caminhões poliguindaste e 147 caminhões pipa. Dizem aqui os Promotores Alexandre Gaio e Sérgio Cordoni: “É imperioso que as entidades privadas sem fins lucrativos com assento no Conselho... ter fundamento e finalidade da proteção e conservação do meio ambiente.” Estão se referindo ao Conselho que foi feito, mas que não colocou as entidades privadas, colocou só o Governo, diretamente o Governo. Chama a atenção também que, em 22 de março desse ano, o Juiz Federal Flávio Antonio da Cruz, da 11.^a Vara Federal de Curitiba, aceitou o pedido do MP e suspendeu o uso da indenização, o que faz com que a compra dos caminhões fique pendurada – o Governo não tem dinheiro para pagar os caminhões que comprou. Isso significa uma cobrança de juros de 6% ao ano. Para concluir... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Tadeu. Para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Mas... A matéria é longa e até brinquei com o Deputado Goura que estou como a pessoa que faz a previsão do tempo, mas na verdade na sequência vem o Noé, porque o Deputado Goura é quem entende de fato disso e está acompanhando, mas me chamou a atenção o que tem a multa, Deputado Marcel, com todo o respeito que tenho ao Governo e ao senhor, não é absolutamente dirigido especificamente a ninguém, mas o que tem uma multa por danos ambientais ao rio Iguaçu com construção de estrada rural? O que tem? Absolutamente nada. Alguém está sendo beneficiado? Não sei! Sei que vamos voltar a este assunto porque a professora Márcia Marques faz uma crítica severa à forma como está sendo utilizado esse recurso ou como se pretende. Vai acabar fazendo tapa-buracos e o rio Iguaçu vai continuar sendo um rio morto. Obrigado, Sr. Presidente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança da Oposição, Deputado Goura. Ainda em tempo, registro a presença do Presidente da Câmara de Nova Santa Bárbara, Sr. Cláudio Ferreira, por solicitação dos Deputados Ricardo Arruda e Tião Medeiros. Sejam bem-vindos.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, muito boa tarde a V.Ex.^a, a todos os Parlamentares e aos cidadãos paranaenses que acompanham a nossa Sessão. Começo, Sr. Presidente, fazendo aqui um pedido ao Líder do Governo, Deputado Marcel Micheletto, com todo o nosso respeito. Ontem falei que o nosso Líder da Oposição está com dengue, assim como muitos paranaenses, e temos uma lei aprovada aqui, Sr.^s Deputados, a Lei n.^º 2.029, aprovada em 20 de maio de 2020, uma lei de nossa autoria com o apoio de vários Deputados, que prevê ações para o combate à dengue no Estado do Paraná. Então, gostaríamos de solicitar que esta lei tão importante, que é um sinal claro da nossa Assembleia Legislativa no combate à dengue, possa fortalecer as ações sanitárias por parte do Governo do Estado. E aqui mais uma vez o nosso desejo de melhorias ao Deputado Arilson. Também quero destacar que ontem participei, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente da nossa Assembleia, da Audiência Pública sobre a Ferroeste lá no município de Paranaguá. É importante ressaltar, Deputado Romanelli, que esse empreendimento que, sem sobra de dúvidas, tem enorme e gigantesca importância, ele merece um olhar de todos os Deputados aqui sobre a sua implantação e a concessão por se não me engano 65 anos a partir da implantação, o aumento da carga transportada e os impactos sociais e ambientais que o projeto está trazendo para o nosso Estado, em especial aqui no Lote 5, que prevê a descida da Serra do Mar, uma obra de engenharia complexa e que está trazendo preocupação às comunidades de Morretes e de Paranaguá pelos impactos. Então, fizemos ontem uma intervenção lembrando que não basta chamarmos de sustentável e pintarmos de verde um projeto para que ele seja de fato sustentável, são necessários aprofundamentos nos estudos, os impactos ambientais e sociais, para que possamos ter, sim, um projeto que seja orgulho para o Paraná. Do jeito que está, temos críticas e ontem protocolamos também, assim como as comunidades locais do nosso litoral, pedidos de averiguações para que as coisas sejam melhor contempladas. Bom, de fato, Deputado Tadeu, vamos falar aqui um pouquinho sobre a multa da Petrobras. Em 16 de julho de 2000 tivemos esse vazamento trágico de cerca de 4 milhões de litros de petróleo do oleoduto ligado à Refinaria Presidente Getúlio Vargas, da Petrobras, localizado em

Araucária. O termo de acordo judicial, o TAJ firmado em outubro do ano passado por uma ação conjunta do Ministério Público Federal, Ministério Público do Paraná e a Petrobras resultou no pagamento de indenização de R\$ 1,39 bilhão, a maior multa já aplicada à empresa, e desse total 931 milhões são destinados ao Governo do Paraná. As duas primeiras parcelas já vieram para o Estado, no valor de 441 milhões, e desses 130 já foram depositados no Fundo Estadual do Meio Ambiente. No entanto, em janeiro deste ano, o Ministério Público do Paraná questionou a forma como o Governo do Estado previu a aplicação desses recursos, ajuizando então uma ação civil pública na 11.^a Vara da Justiça Federal aqui em Curitiba. Na ação, o MP alerta o perigo eminente de desvio de finalidade da utilização desses recursos, pedindo assim o bloqueio do dinheiro – desvio esse que denunciamos aqui em Plenário. O bloqueio provisório ocorreu em 18 de março por determinação do Juiz Federal já mencionado pelo Deputado Tadeu Veneri. Agora, mais recentemente, o Governo do Estado recorreu ao TRF-4, Deputado Michele, pedindo urgência na liberação dos recursos. Um dos argumentos é justamente esse que o Deputado Tadeu traz, que já havia sido feita a compra, o dinheiro estava empenhado e tinha que honrar esse compromisso. Cinquenta e três caminhões baú, 71 caminhões coletores compactadores, 35 caminhões limpa fossa, 67 caminhões poliguindastes e 147 caminhões pipa. Na semana passada, o próprio TRF-4 negou o recurso do Governo do Estado para o desbloqueio desse valor. A questão, Sr.^s Deputados, por que a Justiça indeferiu o pedido do Governo? Porque ele não está de acordo com o que previu a decisão judicial. Não faz sentido algum, como disse o Deputado Tadeu, a aplicação desse recurso ser destinada, mais de 50 milhões, a estradas rurais ou para a compra, para aquisição de caminhões de lixo, coisas que já deveriam estar contempladas já no orçamento do Estado. Então, foge-se dessa forma, de forma explícita, dos detalhes previstos no acordo judicial. Por isso, tudo isso. De fato, Sr.^s Deputados, toda essa questão apareceu e ganhou destaque na mídia nacional. O *The Intercept Brasil* traz essa notícia e coloca justamente esse título: “Depois da tragédia, a cobiça.” E afirma que o Governador Ratinho Junior usa essa indenização ambiental bilionária para agradar o setor do agronegócio e pavimentar

a sua reeleição. O primeiro questionamento que traz aqui e fui, sim, citado pela entrevista, pela reportagem, é sobre a composição do Conselho de Recuperação dos Bens Ambientais Lesados, CRBAL. A matéria diz: "Em tese, é ali que representante de Governo e da sociedade devem discutir como será aplicado o dinheiro da indenização pelo desastre ocorrido no ano de 2000, mas é no próprio conselho que começam os problemas." A maior parte dos seus membros, de acordo com uma lei estadual aprovada aqui, que a Bancada de Oposição votou contra, devem ser Secretários de Governo de turno, no caso, do Governador Ratinho Junior, que além de político é, junto do pai, empresário do agronegócio. A matéria questiona a composição, por assim dizer, chapa branca do conselho, um conselho governista. Além disso, duas cadeiras eram reservadas a entidade privadas, sem fins lucrativos, à escolha do Governador. A legislação não especifica se essas entidades devem ser dedicadas à preservação ambiental, coisa que tentamos corrigir com uma emenda nesta Casa, da nossa Bancada, para que as entidades que estivessem nesse Conselho tivessem finalidade ambiental, que tivessem um histórico de atuação na preservação do meio ambiente. Mas o Governador Ratinho Junior escolheu para as vagas o Presidente do Instituto de Engenharia do Paraná e o Presidente do Movimento Pró-Paraná. Já falei aqui mesmo, sem sombra de dúvida, entidades honradas, mas que não guardam relação com a temática e com a importância desses recursos para o meio ambiente. Essa denúncia que fizemos aqui repercute na ação cível pública impetrada pelo Ministério Público contra o Governo, no caso, do uso indevido dessa indenização bilionária. Vamos lembrar, aqui, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, o que também é reforçado na matéria. Aqui um depoimento da Lídia Lucas, então Presidente da Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária, AMAR. Ela diz que o desastre – cito aqui: "Era a visão do inferno. O óleo atingia e contaminava tudo. Havia trabalhadores coletando o petróleo com baldes e vassouras de mato, não estavam uniformizados, trajavam roupas comuns de braçais, muitos calçavam chinelo de dedo." Assim, senhoras e senhores, estamos, sim, questionando e parabenizando a atuação diligente do Ministério Público nesse caso, porque não aceitaremos que esses recursos da multa da

Petrobras, dessa tragédia ambiental histórica que ocorreu no rio Iguaçu, sejam destinados para fins eleitoreiros do Governador Ratinho Junior e de seus apoiadores. Esse recurso deve ser prioritariamente gasto na preservação do meio ambiente, coisa que o Governo Ratinho Junior não é – ou melhor dizendo –, de longe, não é um destaque positivo. Por mais que tenhamos uma propaganda muito forte de que o Estado é mais sustentável do Brasil, não é um Estado que se preocupa com as suas unidades de conservação, não é um Estado que se preocupa efetivamente com o uso abusivo de agrotóxicos e com a recuperação das matas ciliares. Então, Sr.^o Deputados, agradeço a atenção... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. Seguiremos aqui diligentes, atuando pelo bem do meio ambiente no Estado do Paraná. Vamos querer, sim, que esses recursos sejam destinados, com toda a transparência, para a preservação do meio ambiente paranaense. Viva o rio Iguaçu! Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa do Prefeito de Indianópolis, Sr. Juliano Trevisan Cordeiro, e dos Vereadores José Antônio Filho e José Roberto Maschio, por solicitação do Deputado Marcio Nunes, que neste momento usa a tribuna pela Liderança do Governo.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Senhor Presidente, Sr. Secretário, Sr.^o Deputados, é uma satisfação muito grande poder usar este espaço da Liderança. Agradecer ao Deputado Líder do Governo, Marcel Micheletto. Escutava mais ou menos atentamente, tem coisa que muitas vezes nem merece ser escutada com muita atenção. Mas tem gente que ainda acredita que uma mentira, contada muitas vezes, torna-se verdade. Então, a respeito dessa multa da Petrobrás, do desastre que se chama Olapa, que aconteceu há muitos anos, é de um bilhão e 400. Inclusive, 400 milhões foram para o Governo Federal, para o FDD. Não vi

ninguém dessa Oposição questionar como é que foram parar 400 milhões do Estado do Paraná, de um desastre que aconteceu no Estado do Paraná e para fora do Paraná. Agora o dinheiro encontra-se contingenciado e não vi ninguém da Oposição correr atrás dos 400 milhões. Como não vi também a Oposição correr atrás daqueles 200 milhões da Caixa Econômica, que 75 milhões foram parar em uma ONG do Rio de Janeiro que, inclusive, estão pagando R\$ 78 mil por mês. Inclusive, o endereço das ONGs é exatamente do lado do pessoal que está muito interessado nisso. As ONGs muito interessadas nisso. Já foi levantada até a questão de endereço e até agora ninguém respondeu como é que 75 milhões do Estado do Paraná, que estavam depositados na Caixa Econômica Federal, foram parar lá em um tal de... Romanelli, ajude-me, como é o nome?

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Funbio.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Funbio. Uma tal de Funbio. Vale dizer de que nos Governos anteriores já tinham tentado, inclusive, mandar esse dinheiro para esse tal de Funbio, que me parece que tem uma relação muito estreita com algumas ONGs, que sobrevivem disso no Paraná. Agora, com relação à execução do acordo, Deputado Guerra, Deputado Guerra, Deputado Tião, com relação à execução do acordo, vale dizer o seguinte, que é engraçado, porque nos Governos do PT onde a Itaipu Binacional era *cantada em verso e prosa* como a grande defensora do meio ambiente, o *Programa Cultivando Água Boa* é um programa de preservação do solo e da água, que faz readequação de estrada, asfalto, em zona rural. Porque me admira, é só talvez quem não tenha cruzado jamais o pedágio São Luiz do Purunã, que nem algumas *onguizinhas de boutique*, que se dizem ambientalistas, que nunca cruzaram o pedágio de São Luiz do Purunã, que não conhecem o interior do Estado e não sabem que o maior problema do Estado do Paraná, um dos maiores problemas, é o problema da erosão e a erosão só começa dentro das cidades. As cidades foram sendo construídas no Estado do Paraná e no Brasil sem galeria de água pluvial, inclusive, nos Governos de muitos nossos antecessores. A erosão começa exatamente na cidade. Então, aqueles que não conhecem nada de meio

ambiente, nada, acham que para você cuidar de um rio, Deputado Tião Medeiros, você tem que ir lá dentro do rio para fazer uma intervenção. Essa é uma visão ultrapassadíssima. Há mais de 100 anos já é explicado o que são os corredores ecológicos. O Paraná é um dos Estados que tem os maiores corredores ecológicos do Brasil. Inclusive, temos o *Programa Paraná Mais Verde*, que é um dos maiores programas de produção e plantio de mudas de árvores nativas do Brasil. Tanto é que o Emmanuel Macron falou que agora a França vai se transformar em um grande centro ambiental, mas nesse grande centro ambiental eles vão plantar 500 mil mudas de árvore por ano. Eu via também um projeto aqui no Paraná dizendo que vão reflorestar 100 campos de futebol, que uma ONG ligada a tal de SPVS diz que está articulando um projeto para fazer 100 campos de futebol, cento e poucos hectares. Isso é uma piada. O que é cento e poucos hectares perante o programa que o Governo do Estado já tem e já vem fazendo? Agora, quero saber e vamos inquirir de onde que está vindo o dinheiro para a SPVS e para essas ONGs para fazer esse projeto? Talvez seja até esse dinheiro do Paraná que foi parar no Funbio, que está vindo para cá e que vamos descobrir como é que é. Mas dizendo que o programa *Cultivando Água Boa*, e aqueles que não entendem o que é corredor ecológico têm que passar a entender, dentro da modernidade, que a 50 quilômetros, a 100 quilômetros a montante dos rios é que você faz a conservação. Se você houver, Tião Medeiros, você está atrapalhando, desculpe. Se por um acaso, e você inclusive que ajudou a fazer a lei, se inclusive tiver um derramamento de combustíveis perigosos, a 50, 60, 100 quilômetros do rio, aonde é que vão parar esses perigosos? E todas as vezes que você combate isso, pode ter certeza de que você está beneficiando o meio ambiente. Agora, assusta-me, Deputado Tadeu, com todo o respeito a V.Ex.^a, o senhor falar que o Governo do Estado está comprando caminhão e doando caminhão para o município; assusta-me V.Ex.^a não entender que o município precisa de um caminhão compactador de lixo, adequado, para não derrubar o chorume na cidade; que o município precisa de um caminhão para fazer a coleta seletiva porque ele não tem, e esses dois caminhões, com R\$ 600 mil reais, o senhor acha que um município pequeno, com menos de 10 mil habitantes, tem? Para fazer os

barracões industriais e fazer os equipamentos, que custam R\$ 1 milhão, tem? Então, aquele Deputado, perdoe-me, que acha que destinação correta de resíduos sólidos, cuidar do lixo não é cuidar do meio ambiente, desculpe-me, não entende nada de meio ambiente. Acho que ele não sabe que cada ser humano produz um quilo, 800 gramas de lixo por dia, portanto, no Brasil, temos 200 milhões de quilos de lixo produzidos por dia. Aí cuidar do lixo não é cuidar do meio ambiente? E agora, estou com os Prefeitos na minha sala, e os Prefeitos estão sendo multados pelo Ministério Público Estadual, e muitas vezes até pelo IAT, porque têm uma erosão na sua cidade. E agora que temos o recurso para combater a erosão, aí não é combater o meio ambiente, melhorar o meio ambiente? Só que eles não sabem que todas essas terras que saem das erosões vão lá assorear o rio. Tem uma doença maior que o assoreamento de rio e canal? Será que produção de energia limpa não é cuidar do meio ambiente? Fazer os parques urbanos. Sabe o que chegaram a dizer para mim, Deputado Goura? Que estávamos fazendo *playground* na cidade. Desculpe, V.Ex.^a, que se coloca como ambientalista, o Jaime Lerner já colocou esse conceito dos parques urbanos há muitos e muitos anos, maior conservação do solo e da água. Agora, o senhor é daqui de Curitiba, o senhor acha que é só Curitiba que pode ter um parque urbano? O senhor acha que são só as grandes cidades que têm que ter um parque urbano, Deputado Goura? O senhor acha que os pequenos municípios, como os Municípios que represento, mais de 80 municípios, não têm direito de ter um parque urbano? O senhor acha que V.Ex.^a não sabe que uma grande parte dos municípios do Paraná não têm esgoto, e que a cada vez enche a fossa dos coitadinhos que têm que pagar R\$ 200, R\$ 500 para limpar uma fossa? Vossa Excelência acha que é fácil ter R\$ 500,00 no bolso para limpar uma fossa? E estamos dando caminhão limpa fossa para tratar de maneira adequada. Desculpe-me, Deputado, desculpe-me, o senhor que se diz um homem ambientalista, o senhor que se diz um homem correto, o senhor está impedindo que o Estado do Paraná, com o dinheiro na conta, faça as coisas corretas. Mais uma vez vocês estão tentando fazer o que vocês já fizeram com aqueles 200 milhões, que ficou na conta 20 anos e vocês conseguiram agora mandar sorrateiramente uma parte desse dinheiro para o

Funbio. Como vocês são contra e negacionistas, mas não adianta ser contra. Agora, dia 8 vai começar a maior obra de infraestrutura do Estado do Paraná de combate à erosão marinha, vamos começar, e a draga, Romanelli, dia 8, vai começar a funcionar e vai trazer a areia da praia de Matinhos. Uma obra completa, preservação da água e do solo, combate às enchentes. Mas vocês são contra, como vocês são contra a ponte de Matinhos, como vocês são contra a duplicação da Praia de Leste a Paranaguá, como vocês são contra a ligação de Guaraqueçaba a Antonina. Vocês são contra porque são contra, porque vocês não aceitam, não admitem o crescimento do Estado do Paraná. Fico, Deputado, com pena, fico com pena, mas não é de V.Ex.^a, fico com pena dos municípios do Paraná, fico com pena do povo do Paraná que não pode ser agraciado com recursos vultuosos como esses. E vi a matéria que V.Ex.^a fala que o Deputado Marcio Nunes está dando isso, dando aquilo, dando aquilo. Deputado, tenho as faixas lá agradecendo o Deputado Marcio Nunes, como todos aqueles Deputados que trabalham em todos os seus municípios, quando vão as viaturas, ou qualquer coisa, as pessoas agradecidas, agradecidas, colocam uma faixa lá: “Obrigado, Deputado Romanelli. Obrigado, Deputado Traiano”. Ou o fim, somos Deputados de quem? Somos Deputados de quem? Sou Deputado dos municípios em que atuo, sou Deputado da Base do Governo, e o Governo do Estado do Paraná deseja... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio, para concluir.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): O Governo do Paraná deseja, quer, precisa e vai fazer, porque até agora, Deputado Goura, todas vocês perderam, todas, vocês entraram contra tudo, mas todas ganhamos na última instância, não perdemos nenhuma, porque aqui tem competência técnica, aqui tem segurança jurídica, e aqui não está aqui para *fazer cachorro*. Vocês procuram de todas as formas colocar obstáculo ao crescimento do Paraná, mas vocês não vão nos intimidar, e principalmente eu serei intimidado pelas atitudes covardes de vocês. Muito obrigado. Felicidades. Fiquem com Deus.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (50 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Arilson Chiorato (PT), conforme art. 97 § 3º Inciso I do Regimento Interno; e Artagão Junior (PSD), conforme art. 97 § 3º Inciso I do Regimento Interno (2 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Delegado Jacovós (PL), e Rodrigo Estacho (PSD) (2 Deputados).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoiantes e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o nº 223/2022**, do Deputado

Ricardo Arruda, que concede o Título de Utilidade Pública à Missão Casa Verde; **Autuado sob o nº 224/2022**, do Deputado Dr. Batista, que institui a Política Estadual de Atenção Integral à Pessoa com Encefalomielite Miálgica ou Síndrome da Fadiga Crônica (EM/SFC) e comorbidades associadas no Paraná.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 738/2021, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.^º 2.131/2021, que altera, revoga e acresce dispositivos à Lei Estadual n.^º 19.501, de 21 de maio de 2018. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto. Em votação o Projeto. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo, Presidente, pede o voto “sim”.

DEPUTADO GOURA (PDT): Liderança da Oposição pede voto “sim” também, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Delegado Fernando Martins, Doutor Batista, Gilson de Souza, Marcio Pacheco. Deputada Mara Lima, confirma o seu voto “sim”? Deputado Mauro Moraes, seu voto. Deputado Marcio Pacheco, seu voto.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem.*

DEPUTADO GOURA (PDT): Mencionei ali as audiências da Ferroeste. Queria registrar que hoje ocorre aqui em São José dos Pinhais, no ginásio Max

Rosenmann, às 19 horas, Audiência sobre a Ferroeste e o impacto aqui em toda a região metropolitana.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tião Medeiros (43 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Gilson de Souza, Rodrigo Estacho e Tiago Amaral (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 738/2021. Quarenta e quatro votos, com o voto da Deputada Cantora Mara Lima. Está aprovado o Projeto.**

Os Itens 2 e 3 faremos votação agrupada.

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 134/2022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à ONG SOS Criança e Adolescentes, com sede no município de São Jerônimo da Serra. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 138/2022, de autoria do Deputado Coronel Lee, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais, Mestres e Funcionários do Colégio Estadual Cívico-Militar Hélio Antônio de Souza, com sede no município de Pontal do Paraná. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO GOURA (PDT): A Bancada da Oposição também pede o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Curi, Dr. Batista, Gilson de Souza, Maria Victória, Mauro Moraes, Soldado Adriano José. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tião Medeiros (43 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artágão Junior, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Gilson de Souza, Rodrigo Estacho e Tiago Amaral (11 Deputados).]** Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

ITEM 4 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 152/2022, de autoria do Deputado Luiz Fernando Guerra, que concede o Título de Utilidade Pública ao Centro Integrado de Desenvolvimento do Esporte Amador – Lavarda Esportes (Pato Futsal), com sede no município de Pato Branco. Parecer favorável da CCJ. Emenda da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO GOURA (PDT): A Oposição também pede voto “sim”, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos votar, Sr.^s Deputados. Deputada Cristina, Deputados Douglas Fabrício, Mauro Moraes, Marcio Pacheco e Tadeu Veneri. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Gilson de Souza, Rodrigo Estacho e Tadeu Veneri (10 Deputados).]** Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 152/2020.**

ITEM 5 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 457/2021, de autoria da Deputada Mabel Canto, que altera a Lei n.^º 19.701, de 20 de novembro de 2018, que dispõe sobre a violência obstétrica, sobre direitos da gestante e da parturiente e revoga a Lei n.^º 19.207, de 1.^º de novembro de 2017, que trata da implantação de medidas de informação e proteção à gestante e à parturiente contra a violência obstétrica. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Saúde Pública. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO GOURA (PDT): A Bancada da Oposição também pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus, Evandro Araújo, Mauro Moraes, Ricardo Arruda, Tadeu Veneri. O Deputado Nelson está votando, vou aguardar. Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Gilson de Souza, Ricardo Arruda e Rodrigo Estacho (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 457/2021.**

ITEM 6 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 164/2022, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Mulheres Rurais Casa da Cultura Góes Artigas. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO GOURA (PDT): A Bancada da Oposição voto “sim”.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Cobra.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Para registrar aqui a presença do Paulo Marques e do Fabiano Fubá que são Secretários do município de Rolândia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente registrado, Deputado. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (41 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Gilson de Souza, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho e Soldado Adriano José (13 Deputados).]** Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 164/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Do Deputado Goura e da Deputada Mabel, com sua discussão adiada: **Requerimento n.^º 1485/2022**, do Deputado Goura, adiado da Sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turismo, requerendo informações relativas aos procedimentos de autorização e fiscalização de eventos na Ilha do Mel, com destaque para poluição sonora e luminosa; e **Requerimento n.^º 1507/2022**, da Deputada Mabel Canto, adiado da Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, Sr. Augustinho Zucchi, acerca de eventual repasse de

recursos do Estado do Paraná para pavimentação do Distrito Industrial de Ponta Grossa.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Enviar como expediente, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente encaminhado como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com os autores, serão encaminhados como envio de expediente.**

Requerimento n.º 1558/2022, do Deputado Soldado Fruet, solicitando envio de expediente ao Secretário da Comunicação Social e da Cultura, requerendo informações pormenorizadas dos recursos auferidos por meio da Lei Aldir Blanc e efetivamente gastos.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Enviar como expediente, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Encaminha-se como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com autor, será encaminhado como envio de expediente.**

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Senhor Presidente, só quero comunicar aqui a presença, de Luiziana, do Prefeito Wilson Tureck; do Airton Agnolin, Prefeito de Nova Cantú; e do Prefeito Juliano, de Lidianópolis, com os Vereadores José e José. Eliel e o Julio também de Terra Rica e Diamante.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Sejam bem-vindos.

Requerimento n.º 1572/2022, do Deputado Professor Lemos e demais Parlamentares, requerendo a convocação do Secretário de Estado da Educação e do Esporte, Sr. Renato Feder, para prestar pessoalmente informações. Em discussão.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Quero pedir para toda a Base que rejeite este requerimento. Quero voto “não”.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Deputados, Deputadas e a população que acompanha a nossa Sessão. Esse requerimento convocando o Secretário para vir à Assembleia para tratar de temas definidos aí no requerimento. Um deles é a terceirização na contratação de funcionários de escolas. Está um verdadeiro caos, com prejuízo para o erário público e para a educação. Outro ponto é com relação às aulas por televisão. O Secretário contratou uma empresa privada, chamada Unicesumar, para ofertar, a distância, aulas para o ensino médio, para os cursos profissionalizantes, as disciplinas que são específicas para formarem os técnicos e as técnicas. Os pais, os estudantes, os professores estão reclamando, estão reclamando muito. E nós, Deputados, estamos recebendo essas reclamações e não podemos ficar sem dar vazão para essa demanda que é importante. Quem pode explicar isso aqui para a Assembleia e para a população? É o Secretário de Educação. Ele tem intenção de levar isso adiante para sempre? É temporário? Ele precisa explicar. E a população está cobrando. Por isso esse requerimento. Então, quero pedir o apoio dos Deputados e Deputadas para que convoquemos o Secretário para nos ajudar nesse tema que é muito importante.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos à votação. Então, Sr.^s Deputados, votando.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Peço novamente o voto “não”. A Liderança do Governo pede para a Base votar “não”.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, pedimos voto “sim”, pela importância aqui já explicada desta convocação feita pelo Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO MARCIO NUNES (PSD): Marcel, como é que vota? “Não”? PSD, MDB, voto “não”.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, quero convidar todos os Deputados e Deputadas da Comissão da Mulher, logo após o término desta Sessão, para nos reunirmos na Sala Arnaldo Busato, sala aqui ao lado do Plenário. Estão todos convidados para nos reunirmos e darmos parecer aos projetos. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vou considerar o voto do Galo “não”. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Cristina Silvestri, Goura, Luciana Rafagnin, Mabel Canto, Professor Lemos, Requião Filho, Soldado Fruet e Tadeu Veneri (8 Deputados); Votaram Não:* *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (31 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero Marchese, Luiz Carlos Martins, Michele Caputo, Nereu Moura, Ricardo Arruda e Rodrigo Estacho (15 Deputados).] Com 8 votos favoráveis e 31 votos contrários, **está rejeitado o Requerimento.***

Requerimento n.º 1553/2022, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando a dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 134/2022, da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o**

Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.ºs 1555 a 1557, 1559 a 1562 e 1564/2022, do Deputado Plauto Miró, solicitando envio de votos de pesar à família pelo falecimento de: Dirceu Widelski; João Kurzydlowski; José Straube; Nei Guerreiro Amaral; Osmir Colman; Adadi Tombini Malaggi; Florentina Ferrando Ribatski; e Noilda Rodrigues Muller;

Requerimentos n.ºs 1565, 1566, 1568 e 1569/2022, da Deputada Cantora Mara Lima, solicitando o registro e envio de menção honrosa: ao Círculo de Oração da Assembleia de Deus em Curitiba – Hauer; ao Pastor Gediélson Marques; ao Círculo de Oração Rocha Eterna; e ao casal Pastor Ariovaldo Rodrigues e Irmã Ivanilda Silveira Rodrigues; **Requerimento n.º 1570/2022**, do Deputado Marcio Pacheco, solicitando a aprovação de moção de louvor e aplausos à Rádio Colméia, pelos 64 anos de serviço prestados em prol do Oeste do Paraná;

Requerimento n.º 1571/2022, do Deputado Evandro Araújo, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo informações em relação aos bens revertidos ao patrimônio do Estado em razão do término das concessões de rodovias no Paraná (contratos de 1997-2021); **Requerimento n.º 1573/2022**, do Deputado Dr. Batista, solicitando o envio de votos de congratulações à Sr.^a Giovana Sottomaior Ale e ao Sr. Edy Ale, pela excelência no trabalho realizado no Buffet Smash Kids.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 1551/2022, do Deputado Marcio Nunes, requerendo a constituição da Frente Parlamentar da Engenharia, Agronomia, Geociências e da Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável do Paraná, composta inicialmente pelos Deputados que subscrevem, Marcio Nunes, Luiz Claudio Romanelli, Bazana, Plauto Miró, Tercílio Turini e Artagão Junior, com validade até o final da presente Legislatura;

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 1563/2022, do Deputado Michele Caputo e da Deputada Mabel Canto, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 6 de junho de 2022.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 1552/2022**, do Deputado Artagão Junior, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 23 a 25 de maio de 2022; **Requerimento n.º 1554/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 24 e 25 de maio de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 1567/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 18 de maio de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para amanhã, quarta-feira, dia 25 de maio de 2022, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte **Ordem do Dia**: Redação Final do Projeto de Lei n.º 126/2022; 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 152/2020, 457/2021, 79/2022 e 164/2022; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.º 794/2019, 263/2021, 148/2022, 178/2022 e 181/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h49, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)